



Trégua na guerra comercial EUA/China e renovação de compromissos com o clima

Arnaldo Francisco Cardoso (*)

Abriu-se também espaço para avanço das negociações para reforma da OMC

Com uma declaração final incluindo temas sensíveis como clima e livre comércio assinada por todos os membros do G20, a reunião do grupo das vinte maiores economias do mundo, realizada em Buenos Aires, pode ser avaliada como bem sucedida uma vez que as expectativas em seu início eram bastante pessimistas dadas as sérias divergências e disputas em temas cruciais para a ordem política e econômica mundial.

As dificuldades para o avanço de negociações multilaterais que requerem a disposição para ceder em nome de um bem comum já podiam ser percebidas a começar pela situação da própria Argentina, anfitriã da reunião que ocorreu pela primeira vez num país da América Sul. O segundo maior país da região enfrenta uma grave crise econômica e política com o governo de Mauricio Macri tendo sua popularidade em acentuado declínio.

Entre os presentes, outro governante em situação delicada era o presidente da França, Emmanuel Macron que viajou para Buenos Aires em meio a mais grave crise que seu governo enfrenta e que teve numa decisão de aumento do preço dos combustíveis para financiar projetos de "transição ecológica" o estopim da crise.

Outro acontecimento nas vésperas da reunião de Buenos Aires que terminou por piorar o clima geral foi o cancelamento por parte da diplomacia norte-americana da reunião entre Donald Trump e Vladimir Putin em função da evolução da crise envolvendo a Guarda Costeira russa e navios ucranianos na entrada do estreito de Kerch.

Mas o foco das atenções estavam mesmo em outro ringue, ocupado pelos presidentes Donald Trump e Xi Jinping que, nos últimos meses se enfrentaram numa grave guerra comercial com sérios reflexos sobre os mais importantes fluxos do comércio mundial. E foi dessa difícil crise que saiu um acordo que, por noventa

dias estabelece uma trégua entre EUA e China para que se restabeleçam negociações visando o equacionamento de interesses conflitantes.

Abriu-se também espaço para avanço das negociações para reforma da OMC e, com isso, restabelecimento de autoridade e credibilidade da organização multilateral global como fórum privilegiado para a solução de controvérsias do comércio internacional. Ao Brasil coube apenas espaço de coadjuvante, com o presidente brasileiro que desde o início de seu precário governo não ocupou qualquer espaço de relevo em fóruns internacionais.

Sobre o novo presidente brasileiro eleito, a comunidade internacional espera com certa curiosidade e apreensão suas primeiras ações, uma vez que mesmo antes de assumir o poder já foi capaz de produzir discórdia e veementes críticas entre muitos de seus principais parceiros internacionais.

Exemplo disto foi o mal-estar provocado pela decisão de cancelamento por parte do governo brasileiro de sediar a COP25 além de declarações de membros do novo governo mostrando desprezo por estudos sobre mudanças climáticas e pouca disposição a cumprir responsabilidades assumidas em fóruns multilaterais. Com isso o governo dilapida um dos seus principais capitais políticos em mesas de negociações internacionais.

Mas mais importante que declarações do presidente brasileiro em exercício ou do novo presidente eleito, foram as declarações de Xi Jinping sobre a irreversibilidade da agenda ambiental e a concordância de Donald Trump em assinar a declaração final da reunião em que constam os compromissos assumidos pelos signatários do Acordo de Paris e do Plano de Ação de Hamburgo que terminaram por restabelecer alguma esperança, ao final da reunião, na aposta na arte de negociar como um dos meios mais elevados e vantajosos da ação política.

(*) - É pesquisador e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie Alphaville nas áreas de Comércio e Relações Internacionais.

Temer: Bolsonaro vai acabar adotando política externa universalista

Em entrevista à jornalista Roseann Kennedy, que foi ao ar ontem (6) na TV Brasil, o presidente Michel Temer defendeu que o novo governo adote o multilateralismo em sua política externa

“Nunca nos pautamos por ideologia. Nossa relações são de país para país. Acho que o presidente Jair Bolsonaro vai acabar adotando essa política universalista”, opinou.

Temer afirmou ainda que o multilateralismo é uma das exigências da globalização.

Para ele, o isolacionismo pode até funcionar para países como os Estados Unidos, que detêm força política e econômica. “Não somos os Estados Unidos; e não temos o mesmo poder”, observou. Sobre qual conselho daria para o futuro ocupante do Palácio do Planalto, Temer citou três palavras: humildade, temperança e equilíbrio. “Não que ele não os tenha, acredito que tenha esses atributos, e irá exercê-los. É preciso seriedade para conduzir o país”, afirmou.

Na avaliação do presidente, o Congresso não criará obstáculos para o novo governo. “O Congresso tem consciência da necessidade do país. Não vai atrapalhar; vai aprovar o



Temer defendeu que o novo governo adote o multilateralismo em sua política externa.

que for importante”, disse. Ele destacou que Bolsonaro já está conversando com as bancadas partidárias. Para Temer, mesmo os novos eleitos, que nunca foram políticos, “logo se aclimatarão e votarão positivamente ao que interessar ao povo brasileiro”.

Temer disse que a impopularidade não incomoda e chegou a brincar com o fato. “Aumentou 100% a popularidade, de 4% para 8%”, disse, bem humorado. O presidente voltou a repetir que não tomou medidas populistas para buscar melhor avaliação dos brasileiros. “Fiz

política de Estado”, disse. Na sua avaliação, um bom sinal de sua gestão é o fato de que 13 ministros do seu governo foram chamados para integrar a nova gestão federal e governos estaduais. “Tenho expectativa de que [ainda] serei bem avaliado”, acrescentou (ABR).

Criticada a exigência de receita para antibióticos

O senador Guaracy Silveira (DC-TO) criticou o que chamou de corporativismo da saúde brasileira. Para ele, situações como a necessidade de receita para a compra de antibióticos acabam prejudicando especialmente os brasileiros mais pobres. Como exemplo, citou o preço de um antibiótico que custa R\$ 16 e o preço de uma consulta médica de R\$ 400. “Isso não é justo e isso prejudica a nação brasileira, porque, para comprar um remédio que custa tão barato, é necessário que se tenha uma receita médica”, argumentou.

O senador também criticou a exigência da presença de farmacêuticos em todas as farmácias. Para ele, a obrigatoriedade poderia fazer sentido se as farmácias fabricassem os remédios, mas em uma drogaria com medicamentos prontos, o farmacêutico acaba atuando como mais um vendedor. Para ele, as duas situações são desumanas e injustas. O senador informou a intenção de enviar à Mesa um requerimento para que a Anvisa seja ouvida (Ag. Senado).

Garantia de cirurgia reparadora de mama vai à sanção

Está perto de virar lei o projeto que garante às mulheres diagnosticadas com câncer de mama o direito à cirurgia plástica reparadora nos seios.

A ideia da proposta, que aguarda sanção presidencial, é garantir a simetria das mamas, mesmo que a patologia se manifeste apenas em um dos lados. O projeto foi aprovado pelos deputados na forma de um substitutivo do Senado. O texto final é da senadora Marta Suplicy (MDB-SP), relatora da proposta.

Pelo projeto, a reconstrução das mamas deverá ser oferecida tanto pelo SUS quanto pelos planos de saúde. Com o substitutivo, da senadora Marta Suplicy, duas novas regras são introduzidas tanto nessa lei quanto na Lei dos Planos de Saúde: o direito ao procedimento de tornar simétricas as mamas e ao procedimento de reconstrução das aréolas mamárias. O texto foi aprovado pelo Senado em 2017, onde foi analisado pela Comissão de



Marta: medida justa e solidária com quem passa pela dor de fazer uma operação para extirpar um câncer.

Assuntos Sociais (CAS).

Marta comemorou a aprovação pela Câmara. “Além de ter a dor de fazer uma operação e combater a doença e tudo o mais, a pessoa ainda saía desagrada com o resultado estético. Agora, ela terá o direito, por lei, no SUS e no seguro particular, de poder fazer a simetria entre os dois seios”, disse a senadora.

Segundo a Sociedade Brasileira de Mastologia, apenas uma em cada cinco mulheres que passam por mastectomia são submetidas à cirurgia reparadora, apesar de haver recomendações do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina. Depois de virar lei, as novas normas entram em vigor 180 dias após a publicação (Ag. Senado).

Projeto aumenta pena para maus-tratos a animais

Reprodução Redes Sociais



Cachorro morto após agressão em supermercado pode aumentar penas futuras.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou a apresentação de um projeto para ampliar a pena para o crime de maus-tratos a animais. O texto também estabelece punição financeira para estabelecimentos comerciais que concorrerem para o crime. Ele fez referência ao caso de um cachorro que foi espancado com um cabo de vassoura e em seguida envenenado por um segurança de uma unidade da rede de supermercados Carrefour, em Osasco.

O fato causou comoção e protesto nas redes sociais. “Só construímos uma humanidade mais pacífica quando essa humanidade compreender que pode conviver em paz com outras espécies”, declarou o senador, pedindo agilidade na votação da matéria. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, elogiou a iniciativa do colega e disse que vai dar urgência de ofício à proposta.

Eunício afirmou que é criador conservacionista “de mais de mil animais, das mais diversas espécies”. Esses animais são retirados pelo Ibama de ambientes em que são identificadas condições de maus-tratos e enviados a criadores dispostos a conservar as espécies. A fazenda de preservação fica no estado de Goiás, disse o senador.

O projeto estabelece a pena de 1 a 3 anos de detenção para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, ainda que por negligência. Hoje, a lei prevê pena de 3 meses a 1 ano para esse tipo de crime. A possibilidade de aplicação de multa fica mantida. Comércio que concorrer para a prática de maus-tratos, direta ou indiretamente, ainda que por omissão ou negligência, serão multados no valor de um a mil salários-mínimos (Ag. Senado).

Criação de política para combater desperdício de alimentos

O Centro de Debates da Câmara lança, na próxima quarta-feira (12) a publicação “Perdas e Desperdício de Alimentos: estratégias para redução”. O trabalho, relatado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), propõe a criação, por meio de projeto, de uma Política Nacional de Educação Alimentar e Nutricional do Consumidor, com o objetivo de desenvolver uma consciência para o consumo adequado e responsável.

Outra proposta é a elaboração, pelo Governo Federal, de um Plano Nacional de Armazenagem de Grãos, de modo que se possa dar especial atenção à armazenagem dentro das próprias fazendas. A FAO estima que todos os anos sejam perdidos ou desperdiçados no mundo cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, um prejuízo de aproximadamente R\$ 1 trilhão de dólares.

No Brasil, estima-se que aproximadamente 10% dos alimentos produzidos são des-



No Brasil, estima-se que cerca de 10% dos alimentos produzidos são desperdiçados.

perdiçados. Essas perdas são maiores nas cadeias de frutas e hortaliças, entre 30% e 50%, em razão de serem alimentos perecíveis, que exigem mais cuidados com manuseio e transporte. O desperdício também é elevado no setor de bares e restaurantes, nos hotéis, nas cantinas escolares, nos hospitais e nas residências.

As causas para o desper-

dício são as mais diversas: deficiências de infraestrutura e logística, falta de tecnologia e de profissionais capacitados, comportamento dos varejistas e consumidores. Para que a meta estabelecida pela ONU de erradicar a fome no mundo até 2030 seja alcançada, será necessário reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial (Ag. Câmara).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171 / 3106-4171

www.netjen.com.br

O texto vai à sanção do presidente da República (Ag. Senado).